

CONSCIÊNCIA DE CLASSE E A LUTA CONTRA-HEGEMÔNICA DOS CAMPONESES PELO DIREITO À EDUCAÇÃO DO CAMPO NA UNIVERSIDADE

Maria do Socorro Pereira da Silva¹
Benedito da Silva Vasconcelos²
Kelyane Bezerra de França Santos³
José Ledy Carvalho Santos⁴
Thaynan Alves dos Santos⁵

RESUMO

O PROCAMPO é um dos principais programas da política nacional de educação *do e no* campo, cuja matriz sociopolítica tem como base a consciência de classe protagonizada pelos camponeses na luta contra-hegemônica ao paradigma tradicional de educação rural para os camponeses. A pesquisa de iniciação científica, em andamento, na UFPI, investiga como convênios do PROCAMPO garantem o direito de acesso e permanência dos camponeses na Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC). A pesquisa considera a abordagem quantiquantitativa, investigação-ação participante (BORDA, 1985), tendo como fonte o levantamento documental, e cuja análise está referenciada no método dialético (LEFEBVRE, 1991). A consciência de classe dos camponeses tem sido fundamental na defesa do PROCAMPO como política educacional que garante o direito à educação quanto ao acesso e à permanência de discentes na LEDOC.

Palavras-chave: Educação do Campo; PROCAMPO; Universidade; Discentes; LEdoC.

ABSTRACT

PROCAMPO is one of the main programs of the national education policy in and in the countryside, whose sociopolitical matrix is based on the class consciousness carried out by peasants in the struggle against the hegemonic traditional paradigm of rural education for peasants. The scientific initiation research, in progress, at UFPI, investigates how PROCAMPO agreements guarantee the right of access and permanence of peasants in the Licentiate in Rural Education (LEdoC). The research considers the quantitative and qualitative approach, research-participant action (Borda, 1985), having as sources the documentary survey and for analysis being referenced in the dialectical method (Lefebvre, 1991). The partial results indicate that: the class consciousness of the peasants has been fundamental in the defense of PROCAMPO as an educational policy that guarantees the right to education regarding the access and permanence of students in LEDOC.

Keywords: Rural Education; Procampo; University; Students; LEdoC.

¹ Professora doutora do Curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP/UFPI), coordenadora do Núcleo Pesquisa NEPEECDES (UFPI), e-mail: socorroprof@ufpi.edu.br

² Graduando em Licenciatura em Educação do Campo (UFPI), bolsista do PIBIC/CNPq, Núcleo de Pesquisa NEPEECDES (UFPI), e-mail: beneditovasconceloslg@gmail.com

³ Graduanda em Licenciatura em Educação do Campo (UFPI), bolsista do PIBIC/UFPI, Núcleo de Pesquisa NEPEECDES (UFPI), e-mail: francasantoskellyane@gmail.com

⁴ Mestrando em Educação - Universidade Federal da Paraíba (UFPB-PPGE), Núcleo de Pesquisa NEPEECDES (UFPI), e-mail: jlcs2@academico.ufpb.br

⁵ Mestrando em Ciência e Sustentabilidade – PPGCS (UFSB), bolsista da CAPES, Núcleo de Pesquisa NEPEECDES, e-mail: thaynan12santosalves@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A consciência de classe dos camponeses no contexto da luta pela reforma agrária, no Brasil, demarca um campo de disputa contra-hegemônica ao projeto de desenvolvimento rural baseado no agronegócio e no acúmulo do sistema capitalista. Os movimentos sociais do campo reconhecem o direito à educação como matriz organizativa dos camponeses em torno de um projeto sustentável no meio rural, a partir de uma pedagogia própria, como direito de viver do e no campo. Nessa construção, os programas de políticas públicas em educação são um território educativo e estratégico da luta pela reforma agrária, a exemplo do Programa Nacional de Educação em Reforma Agrária (PRONERA) e do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO), que promoveram avanços na política nacional de Educação do Campo.

Especificamente, estudamos os convênios do PROCAMPO no processo de estruturação da Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) quanto às condições de acesso e permanência dos discentes na universidade. Essa investigação está vinculada ao Projeto de Pesquisa de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq/UFPI), intitulado “Política de Educação do Campo na UFPI: convênios do PROCAMPO”. A pesquisa tem como objetivo analisar como o PROCAMPO garante condições estruturais de acesso e permanência de jovens e adultos do campo na LEdoC, em andamento, na segunda e terceira fases de execução.

A pesquisa de iniciação científica (PIBIC -UFPI/CNPq), em andamento, foi do tipo documental, subsidiada pelos dados de campo que foram levantados junto à Fundação Cultural de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação (FADEX), responsável pela gestão financeira dos recursos do PROCAMPO, sendo a executora dos cursos das LEdoCs. Priorizamos, no levantamento de dados, a LEdoC do campus de Teresina (capital) – Ciências da Natureza – e de Bom Jesus-PI (multicampi) – Ciências Humanas e Sociais, por meio da abordagem quantiquantitativa e do método dialético. Além desta introdução e da conclusão, a seguir apresentamos a discussão em torno das categorias centrais do estudo; depois descrevemos o processo metodológico; e, na sequência, organizamos os dados e procedemos à análise, procurando responder aos objetivos e às questões de partida da pesquisa quanto aos resultados parciais.

2 CONSCIÊNCIA DE CLASSE E POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO NAS DINÂMICAS DE INSTITUIÇÃO DO PROCAMPO

A pesquisa em Educação do Campo é um desafio ao pensamento teórico e prático, em razão da necessidade de atualização da leitura de projeto em desenvolvimento no meio rural, no Brasil. Depois de quase uma década de governos da ultradireita e de conservadores, os quais destinaram altos investimentos para a agricultura empresarial, vinculada ao agronegócio, é fundamental situar a conjuntura e os desafios que estão postos à Educação do Campo.

A essência da Educação do Campo está na consciência de classe como realidade objetiva que resulta da luta contra as desigualdades sociais e econômicas impostas aos camponeses no meio rural. Esse contexto, é determinante para a organização dos camponeses em uma luta contra-hegemônica, na disputa política para construção de um projeto de país. Sobre a situação de classe, como uma leitura da realidade social objetiva, em que “[...] a história colocou o proletariado diante da tarefa *de uma transformação consciente da sociedade*, era necessário que surgisse na sua consciência de classe a contradição dialética entre o interesse imediato e o objetivo final, entre o momento isolado e a totalidade.” (LUCKAS, 1920, p. 2). Derrubar o latifúndio e a grilagem de terra são objetivos que somente poderão se realizar na concretude de defesa da Reforma Agrária.

Compreendemos a Educação do Campo como um projeto potencialmente diferenciado que vem se acumulando no protagonismo dos sujeitos do campo e nos movimentos sociais do campo, assim como analisa Medeiros, (2010, p. 7):

Tal potência lhe favorece inscrever, no espaço institucional do Estado, o conflito que determina a Educação do Campo, o MST e o PRONERA. Por isso, entendemos que se trata de um espaço pedagógico potencialmente promotor de sujeitos e de práxis social subversiva à ordem dominante, cuja realização se relaciona diretamente ao posicionamento contra-hegemônico de tais sujeitos nas relações sociais.

É desde a consciência de classe que camponeses foram estruturando a organização dos trabalhadores no meio rural como campo político contra-hegemônico, cuja matriz educativa foi adequadamente formulada como Pedagogia do Movimento (CALDART, 2000) para definir o maior movimento de trabalhadores rurais da América

Latina, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que, neste estudo, tomamos emprestado para afirmar que o meio rural mudou e se movimenta no contexto das lutas de classes e de paradigmas de desenvolvimento rural antagônicos – entre agricultura familiar e agronegócio. É desde a pedagogia do movimento que discutimos a necessidade de a educação do campo se atualizar nas dinâmicas da luta pelo direito à terra. Em estudos recentes, Caldart (2019, p.36) afirma ser necessário

Discutir sobre a Educação do campo hoje, e buscando ser fiel aos seus objetivos de origem, nos exige um olhar de totalidade, em perspectiva, com uma preocupação metodológica, sobre como interpretá-la, combinada a uma preocupação política, de balanço do percurso e de compreensão das tendências de futuro para poder atuar sobre elas.

Exatamente, são as tendências de futuro que guiam nossa análise quanto à política do PROCAMPO, diante da finalização dos convênios celebrados entre a UFPI e o Governo Federal, via Ministério da Educação (MEC), no processo de implantação das LEdoCs. Na UFPI, são quatro convênios que estão relacionados aos quatro *campi* da Universidade, cuja definição consta na Instrução Normativa nº. 01/97 do Tribunal de Conta da União (TCU)⁶, em seu Art. 1º:

[...] convênio é qualquer instrumento que discipline a transferência de recursos públicos e tenha como participante órgão da administração pública direta, autárquica e fundacional, empresa pública ou sociedade de economia mista que estejam gerindo recursos dos orçamentos da União visando à execução de programas de trabalho, projeto/atividade ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua colaboração.

Os convênios do PROCAMPO visam atender às condições estruturais de acesso, permanência de discentes da LEdoC como política de governo, e, em progressão, como política de Estado, visto que na atualidade ainda tem sido tratada como política de inclusão e de superação das desigualdades educacionais. “A política educacional diz respeito às decisões que o Poder Público, isto é, o Estado, toma em relação à educação.” (SAVIANI, 2008, p. 7). Atualmente, na UFPI, há quatro cursos de educação do campo, sendo três em Ciências da Natureza (em Teresina, Picos e Floriano), e um em Ciências Sociais e Humanas (em Bom Jesus).

⁶ Fonte: <https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/instrucao-normativa-stn-1-1997-disciplina-a-celebracao-de-convenios-de-natureza-financeira-que-tenham-por-objeto-a-execucao.htm>

A instituição do PROCAMPO como política educacional se inspira na experiência PRONERA, no campo das políticas públicas, na garantia do direito à educação do e no campo. Assim, os convênios do PROCAMPO podem ainda ser assim entendidos, conforme Di Pietro (2006, p. 431): “[...] define-se o convênio como forma de ajuste entre o Poder Público e entidades públicas ou privadas para a realização de objetivos de interesse comum, mediante mútua colaboração”.

São esses instrumentos que asseguram a estruturação e o funcionamento das LEdoCs nas exigências das três dimensões da universidade – ensino, pesquisa e extensão – e em relação à realidade concreta de exclusão educacional que vivem os camponeses e a real necessidade de políticas de inclusão na superação da desigualdade educacional no meio rural.

Em levantamento documental realizado junto à FADEX, registramos que a institucionalização do convênio 10/2015, em que a UFPI e a FADEX celebram contratos objetivando a execução das ações do projeto de ensino “Licenciaturas em Educação do Campo”, de Teresina (Ciências da Natureza) e Bom Jesus (Ciências Sociais e Humanas), constam suas metas, respectivamente:

O Projeto a que se refere o presente instrumento tem a meta de promover a formação numa perspectiva sólida na área de conhecimento da educação do campo, com ênfase na Ciências da Natureza, para atuação nas escolas do e no campo, assegurando o acesso e permanência de professores atuantes e dos sujeitos participantes dos movimentos sociais organizados em curso de nível superior, com vistas a atender as demandas social e pedagógica das comunidades camponesas, através do Programa de Apoio às Licenciaturas em Educação do Campo – PROCAMPO, intermediado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). (PIAUÍ, 2012, p. 2).

A elaboração epistêmica desse projeto de política educacional demarca a parceria com o Estado, cuja formulação vai sendo constituída nas lutas sociais no campo prático de disputa pela implantação da Educação do Campo, desde a perspectiva das formulações dos camponeses, rejeitando a ideia de educação rural para o campo. São essas as marcas da implantação dos cursos de licenciaturas na universidade. Assim, o PROCAMPO tem sido a principal fonte de financiamento das LEdoCs na universidade, sobretudo no contexto da luta de classe no meio rural brasileiro, entre projetos antagônicos como aqueles que se organizam em torno da agricultura familiar e as lógicas da agricultura empresarial baseada no agronegócio.

3 PROCAMPO E O DIREITO À EDUCAÇÃO DO CAMPO NA UNIVERSIDADE

É no campo do direito à educação que situamos a dignidade do pensamento construído pelos camponeses, que, retomando a história de institucionalização da educação para o meio rural, evidenciam as contradições e tensões que marcam a educação que inferiorizam e negam suas identidades como povos do campo. E, ocupando-nos do tempo presente, questionamos se é possível uma educação do/no campo que supere a lógica instrutiva impressa nos modelos urbanocêntricos de escola, de prática educativa e de formação de professores, e, mais ainda, que supere o longo processo de exclusão educacional, que, no meio rural, se aprofunda com o longo processo de fechamento das escolas do campo, que gera privações quanto ao acesso à educação inclusiva e geradora de direitos.

A luta contra-hegemônica ao paradigma de educação rural para o campo foi marcada pela concepção de Estado, no Brasil, que historicamente tem negado a participação dos camponeses, suas organizações representativas e seus movimentos sociais do campo no debate sobre a política de educação. Os camponeses atualizam sua leitura da realidade educacional de exclusão, ao passo que se articulam em torno da luta pelo direito à educação no e do campo. Nesse contexto, a luta pelo acesso e permanência no ensino superior tem sido um território educativo estratégico, sobretudo quanto à necessidade de implantação de políticas públicas em educação no campo.

No levantamento documental junto à FADEX, encontramos termos de contratos celebrados pelo PROCAMPO entre UFPI e FADEX: 10/2015 – LEdoC/Campus de Teresina, que tem como objetivo a execução das ações do projeto Licenciatura em Educação do Campo/Teresina, que visa promover a formação de professores para atuarem no campo com ênfase em ciências da natureza; e o contrato 16/2016 – LEdoC/Campus de Bom Jesus, que tem como natureza a finalidade de formação de professores com ênfase em Ciências Sociais e Humanas. O total dos investimentos para a execução de cada projeto foi R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais). As despesas previstas no contrato do projeto LEdoC-PROCAMPO incluem: material de consumo; contratação de serviços de terceiros (pessoa jurídica); passagens e despesas com locomoção; serviços de terceiros (pessoa física) (FADEX, 2015, p. 5). Esses investimentos financeiros

tinham como objetivo estruturar as licenciaturas em educação do campo, não apenas na UFPI, mas em várias universidades públicas no Brasil, cada qual com valores programados no mesmo padrão da UFPI.

Ao analisar os contratos, seus objetivos, suas metas e seus demonstrativos financeiros, que foram levantados no *site* de transparência da FADEX, podemos compreender a dimensão da importância do PROCAMPO como política de estruturação dos cursos de licenciatura em educação do campo e, em perspectivas, para as escolas básicas do campo, nos diversos contextos educativos. Esses dados estão divididos de maneira organizada com foco nas LEdoCs de Teresina e Bom Jesus.

Iniciamos nossa análise procurando sobre como o PROCAMPO viabiliza a política educacional de acesso e permanência de jovens e adultos do meio rural, acerca do processo de formação de professores para atuarem nas escolas básicas do campo. A partir do LEdoC do *campus* de Teresina, analisamos a natureza dos gastos, por meio do demonstrativo de previsão financeiro, para entendermos o grau de importância que é dado à política de formação de professores do campo, por meio dos investimentos. O valor investido foi de R\$ 480.000,00, para funcionamento do Curso no período de 2016 a 2021, atendendo a 240 discentes, além de professores e técnicos. O contrato, com **valor programado**, apresenta as seguintes despesas:

Tabela 1 – Previsão Orçamentária Programada – LEdoC – CMPP – Teresina

Rubrica	Descrição Rubrica/Item	Valor Programado
33.90.30	MATERIAL DE CONSUMO - Material de Consumo - Alimentação	R\$ 46.767,26 R\$ 6.912,26 R\$ 39.855,00
33.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA - Locação de veículos em geral - Serviços gráficos - Xerografia de textos - Locação de espaço físico-hospedagem	R\$ 379.540,64 R\$ 19.356,0 R\$ 13.200,0 R\$ 13.000,0 R\$ 333.984,60
33.90.18	BOLSA - Deslocamento para o tempo universidade	R\$ 10.710,00 R\$ 10.710,00
33.90.14	DIÁRIAS -Diárias	R\$ 36.982,10 R\$ 36.982,10
33.90.33	PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO -Passagens aéreas	R\$ 6.000,00 R\$ 6.000,00

Fonte: FADEX (2023).

Com relação à previsão orçamentária programada no contrato Procampo (UFPI/FADEX) nº 10/2015, constatamos que R\$ 333.984,60 reais estão na rubrica (339039), que prevê despesas com **Locação de espaço físico – hospedagem**, ou seja, significa investimento para garantir as condições de permanência dos discentes, relacionada à moradia ou residência fixa durante os 45 dias do tempo universidade. Somente esses gastos compromete mais de 80% do valor programado do contrato.

Outra questão levantada durante a análise foi o baixo valor relativo a bolsas – R\$ 10.710,00, correspondente a despesas com deslocamento para o tempo universidade. Ao procedemos a análise, identificamos que os valores são muito baixos com relação às bolsas individuais de programas de assistência e permanência, que giram em torno de R\$ 400,00, tanto na pesquisa quanto na extensão universitárias. Atualmente, a LEdoC de Teresina, *campus* Ministro Petrônio Portela, segundo o contrato, tem 120 discentes matriculados, assim, ao procedermos à análise quantitativa, dividindo o valor total – bolsa deslocamento/por aluno, daria aproximadamente R\$ 89,25 ida-volta) de camponeses que moram na zona rural, sendo a menor distância de aproximadamente 20km. Esse diagnóstico abre o debate, nesse novo ciclo do governo atual, com a reativação dos espaços institucionais da educação do campo, a necessidade de replanejamento dos investimentos adequado à realidade do meio rural e às condições socioeconômicas dos estudantes da LEdoC nas universidades.

O PROCAMPO é fundamental na garantia de hospedagem, como investimento estruturante da educação do campo na universidade. Isso implica várias questões no processo de luta para a conquista do direito ao ensino de qualidade aos sujeitos do campo, como:

- a) acesso digno à hospedagem adequada, pois os estudantes têm a oportunidade de se concentrar nos estudos sem ter que se preocupar com questões de moradia, ou como encontrar um lugar para morar, pagar aluguel ou lidar com problemas de acomodação;
- b) menor estresse financeiro, pois a maioria dos estudantes camponeses vêm de regiões distantes, são de baixa renda ou com poucas opções de moradia. Isso permite que eles direcionem seus recursos para outras necessidades acadêmicas, como livros, materiais e atividades extracurriculares;

- c) ambiente de aprendizado mais estável: ter um lugar para ficar durante todo o período de estudos proporciona estabilidade e segurança para os estudantes. Isso contribui para sua concentração e bem-estar emocional, permitindo que se dediquem mais plenamente às atividades acadêmicas;
- d) integração e desenvolvimento social com fomento da diversidade e democratização da universidade, que significa garantir a diversidade e a inclusão, proporcionando a oportunidade de acesso à educação.

Entretanto, basta o investimento em hospedagem para que os estudantes tenham um ensino de qualidade? Como garantir aos estudantes da Educação do Campo o acesso ao ensino superior e formação contextualizada que envolva ensino, pesquisa e extensão, diante da negação do direito a esse espaço elitista, celetista e excludente?

Para além desses dilemas, muitos outros ecoam em torno das especificidades que permeiam a garantia do ensino-aprendizagem na LEdoC. Os baixos valores previstos em bolsas de apoio estudantil continuam a ser um desafio para os estudantes que encontram sérias restrições que envolvem a garantia de equipamentos de informática, baixas participações em eventos, congressos, seminários e dificuldades de deslocamentos para as atividades práticas em campo, são exemplos que devem ser enfrentados por educadores, docentes e discentes no diálogo quanto à qualificação da política de educação junto ao Estado.

Esses desafios se equiparam, nas demais LEdoCs, quando ampliamos nossa análise para a LEdoC de Bom Jesus, conforme denota o quadro a seguir:

Tabela 3 – Despesas no orçamento programado – LEdoC – Bom Jesus

Rubrica	Descrição Rubrica\Item	Valor Programado
33.90.30	MATERIAL DE CONSUMO E ALIMENTAÇÃO - Consumo - Alimentação	R\$ 78.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 60.000,00
33.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA - Locação de veículos em geral - Serviços gráficos - Xerografia de textos - Locação de espaço físico- Alojamento	R\$ 342.000,00 R\$ 34.000,00 R\$ 15.000,00 R\$ 13.000,00 R\$ 280.000,00
3390.18.00	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES - Deslocamento para o tempo universitário	R\$ 25.000,00 R\$ 25.000,00

3390.14.00	DIÁRIAS -Diárias	R\$ 35.000,00 R\$ 35.000,00
Valor total do contrato		R\$ 480.000,00

Fonte: FADEX (2023).

Ao analisarmos a previsão orçamentária de Bom Jesus, constatamos que mais de 70% do valor total dos recursos de R\$ 480.000,00 tem como previsão gastos com locação de espaço físico (alojamento), no valor R\$ 280.000,00, e R\$ 60.000,00 com alimentação, totalizando R\$ 340.000,00. Na atualidade da LEdoC, essas despesas são fundamentais para garantir a permanência dos camponeses na universidade, tendo em vista que o *campus* de Bom Jesus não dispõe de residência estudantil, e que os estudantes da LEdoC encontram-se em situação de vulnerabilidade socioeconômica, além da falta de políticas públicas no meio rural.

Esse contexto não é novo, pois, desde seu processo de implantação na universidade, a questão financeira é um tema recorrente nas pautas de discussões da LEdoC, nas reuniões de colegiado entre estudantes, docentes e direção da Universidade. Seguindo os ritos da agenda pública da UFPI, as pautas são apresentadas e discutidas, mas nem sempre resultam em decisões, como a destinação de recursos a partir das necessidades dos estudantes camponeses (MEDEIROS, 2010). Uma das pautas mais recorrentes tem sido a aplicação dos recursos destinados à manutenção do Curso, como os recursos do Procampo. As discussões giram em torno das possibilidades de aplicação dos recursos, de forma a garantir aos estudantes as condições necessárias à permanência no Curso e na Universidade.

É nesse contexto, iniciado anterior ao ano de 2016, na LEdoC de Bom Jesus e em Teresina, que começam algumas mobilizações por parte dos estudantes em relação à aplicação dos recursos de maneira a possibilitar a garantia de direitos aos camponeses em sua permanência na universidade. Nessa mobilização inicial, foi questionado e reivindicado como direito o acesso ao material das disciplinas no formato impresso e camisetas com logomarca de identificação do curso.

A ação dos estudantes tinha como objetivo trazer identificação e presença do Curso na Universidade. Desde seu início de implantação, não tinha um reconhecimento merecido, ora por parte da própria instituição, em determinadas decisões, como a organização curricular, com disciplinas dispostas por blocos, ora

por insultos de estudantes de outras graduações, que por não conhecerem o regime de funcionamento do Curso, consideravam-no como “curso de férias”.

Parte desses problemas foram solucionados após reuniões e discussões com a coordenação e a direção da universidade e, posteriormente, a eleição de coordenação, o que possibilitou ações como cobrança direta junto à UFPI, no *campus* sede, em Teresina. Em relação aos insultos, a iniciativa do Coletivo Acadêmico da LEdoC foi a escrita e publicação de carta de repúdio, nos murais da UFPI, e o compartilhamento com outras instituições universitárias públicas.

Essa contextualização marca um momento decisivo nas LEdoCs, pois os demais *campi* tomaram iniciativas no sentido de acompanhar mais de perto a destinação dos recursos. Uma das iniciativas resultou na cobrança pela realização de vestibular para preenchimento de vagas na Educação do Campo. O Curso permaneceu por dois períodos consecutivos sem preenchimento de vagas, com alegação, da Universidade e da FADEX, de que essas despesas representavam altos custos para a UFPI, algo em torno de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

Outro ponto importante foi a discussão levantada sobre a possibilidade de destinação de alojamento adequado aos estudantes, pois, de início, alguns tiveram que permanecer em casas alugadas por conta própria. O pano de fundo para essas cobranças era o conhecimento da própria realidade como sujeitos do campo, condição primária para justificar a necessidade da aplicação dos recursos, e baseadas em reivindicações dos estudantes e, não somente, decididas exclusivamente pela instituição (MEDEIROS, 2010).

Dessa forma, a discussão sobre a aplicação dos recursos foi deslocada do campo meramente econômico, passando a serem discutidas também do ponto de vista das questões sociais da própria dinâmica da realidade camponesa. Resulta também dessas lutas a destinação de recursos para o pagamento de ajuda de custo no valor R\$ 200,00 (duzentos reais) como forma de apoio ao tempo universidade.

Houve também cobranças por mais recursos no financiamento de deslocamentos de estudantes para a realização de atividades em outros espaços, como a apresentação de trabalhos e publicação de produções científicas. Em meio a essas exigências, era colocado como desafio o que resultava de algumas exigências não atendidas: sempre a questão financeira.

Tanto a Universidade como a coordenação do Curso reafirmavam que tinham teto de gastos a cumprir e alocações já pré-determinadas para os recursos. A afirmação era de que havia recursos que só poderiam ser gastos com materiais e bens não duráveis, como materiais didáticos de uso dos professores, mas, como insistência, os estudantes tomam como embasamento as condições desiguais nas quais os sujeitos do campo são inseridos na universidade, o que afeta a sua permanência.

O que resulta nesse movimento de questionamentos sobre destinação dos recursos do PROCAMPO é que ele se constitui como matriz formativa dentro da própria LEdoC, ao mesmo tempo em que os estudantes cobram por direitos, pois toda essa discussão se dá, principalmente, nas plenárias do Curso. Ao cobrarem a destinação desses recursos, os estudantes trazem para a discussão a sua realidade enquanto sujeitos do campo e estudantes, em busca da educação problematizadora da realidade, questionando o modelo de educação hegemônica (CALDART, 2000).

O esforço coletivo dos estudantes passa então a ser uma questão crucial para a permanência dos estudantes e a própria sobrevivência do Curso: manter como foco a inserção de novos estudantes reafirmando o seu compromisso de classe. Isso passa a ser uma questão recorrente nas pautas de discussões levadas ao Coletivo Acadêmico como forma de garantir a formação adequada de professores para as escolas do campo no enfrentamento das desigualdades educacionais e econômicas estabelecidas pelo capital (ARROYO, 2010).

4 CONCLUSÃO

A relevância da consciência de classe na luta dos camponeses pelo direito à Educação do Campo na universidade tem marcado inúmeras reivindicações protagonizadas pelo movimento estudantil, como consciência coletiva. No caso dos camponeses, a consciência de classe os capacita a se reconhecerem como uma classe social explorada e oprimida, cujos interesses são frequentemente negligenciados ou subjugados. Nesse itinerário, reconhecemos que a política de inclusão na universidade reproduz a invisibilidade dos camponeses, a exemplo de editais de inclusão digital, durante a pandemia, cuja edições revelam a paralisia cognitiva da universidade quanto ao reconhecimento das especificidades dos

camponeses e da realidade do meio rural. Mesmo com recursos garantidos pelo PROCAMPO, esses não foram remanejados para atender às necessidades dos discentes.

Ao partirmos desse princípio, entendemos que o acesso à educação superior é fundamental para superar as desigualdades históricas e para fortalecer lutas por melhores condições de vida, trabalho e justiça social. A Educação do Campo na universidade possibilita que os camponeses tragam, para a cena pública, seus conhecimentos específicos, a partir das suas realidades, potencializando novo fazer educacional que contribui para a transformação social.

Além disso, a luta pela Educação do Campo, na universidade, também está intrinsecamente ligada à luta contra a hegemonia, que, há mais de 522 anos, tem o “domínio” ideológico e cultural exercido pelas classes dominantes sobre as classes subalternas, moldando suas percepções e limitando suas possibilidades de ação para construção de realidade própria. Os camponeses, ao reivindicarem seu direito à educação e à permanência na universidade, desafiam e rompem com a narrativa hegemônica, que marginaliza e invisibiliza suas demandas.

Nesse sentido, as políticas públicas desempenham papel fundamental na promoção da Educação do Campo, garantindo o acesso igualitário à educação de qualidade para os estudantes que vivem nas comunidades. E a Educação do Campo, posicionada nas realidades sociais, culturais, econômicas e ambientais dos sujeitos e lugares, iluminam políticas públicas importantes, como o PROCAMPO, que garantem:

- financiamento para área educacional direcionada aos sujeitos do campo. Isso inclui a formação e a capacitação de professores que atuam nessas áreas, o desenvolvimento de currículos que reflitam as necessidades e realidades locais, bem como o fornecimento de materiais didáticos e tecnologias educacionais apropriadas;
- que a inclusão e equidade impliquem a implementação de medidas que considerem as diferenças socioeconômicas, étnicas, culturais e de gênero dos estudantes do campo, proporcionando oportunidades educacionais justas e igualitárias;
- bolsas de auxílio aos estudantes, já que muitos estudantes da Licenciatura em Educação do Campo enfrentam desafios financeiros durante o curso. Nesse sentido, é importante contar com recursos que possibilitem a

concessão de bolsas de auxílios financeiros aos alunos, garantindo que tenham condições de se dedicarem aos estudos sem sobrecargas financeiras excessivas. Além de que esses recursos contribuem para cobrir despesas como mensalidades com internet, materiais didáticos, transporte, alimentação, moradia e entre outros;

- a garantia, com o recurso do PROCAMPO, da presença dos discentes nas atividades extracurriculares e na pesquisa, que enriquece a formação dos estudantes, como visitas técnicas, seminários, congressos e intercâmbios. Além disso, a promoção da pesquisa científica na área da Educação do Campo demanda recursos financeiros para financiar projetos de pesquisa, publicações acadêmicas e participação em eventos científicos.

Em suma, as políticas públicas são cruciais para assegurar que os estudantes da Licenciatura em Educação do Campo tenham garantido o acesso, a permanência e a qualidade de construção do conhecimento. Além de oportunizar uma reparação educacional histórica alicerçada nos princípios da justiça social.

Portanto, retomar esse debate é fundamental para enfatizar a importância da consciência de classe na luta dos camponeses pelo direito à Educação do Campo na universidade. Essa consciência impulsiona a mobilização e a organização coletiva, fortalecendo a luta dos camponeses e ampliando suas possibilidades de transformação social. Além disso, essa luta também contribui para a desestabilização da hegemonia, abrindo espaço para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, por meio da qual os camponeses possam exercer plenamente seus direitos e serem reconhecidos como sujeitos de direito.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. **Educação & Sociedade** [online], v. 31, n. 113, p. 1381-1416, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302010000400017>. Acesso em: 29 mar. 2023.

CALDART, Roseli Salete. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. **Trabalho, Educação, Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 35-64, mar./jun. 2009.

CALDART, Roseli Salete. **A Pedagogia do Movimento Sem Terra**: a escola é mais do que escola. Petrópolis: RJ. Editora Vozes, 2000.



DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 19. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LEAL, E. F. Educação do Campo: A Escola Municipal Bom Jesus na percepção dos atores sociais envolvidos. **Destaques Acadêmicos**, v. 12, n. 2, 2020.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal/Lógica Dialética**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classe**: estudos sobre a dialética marxista. Tradução: Rodnei Nascimento. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2003.

MEDEIROS, Lucineide Barros. **Parceria e dissenso na educação do campo**: marcas e desafios na luta do MST. 2010. Tese (Doutorado em Educação) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2012.

MST. Cantares da educação do campo. São Paulo: New Studio, 1 CD. Vários intérpretes. Disponível em: <https://mst.org.br/201/06/22/cantares-da-educacao-do-campo>. Acesso em: 02.jun.2023

PIAUÍ. Universidade Federal do Piauí. Projeto pedagógico do curso de Licenciatura em Educação do Campo 2013. Disponível em: <https://ufpi.br/>. Acesso: 21 mai. 2023.

SAVIANI, Demerval. Política educacional brasileira: limites e perspectivas. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, n. 24, p. 7-16, jun. 2008

TARTUCE, Flávio. **Direito civil**. v. 3. Teoria Geral dos contratos e contratos em espécie. 9. ed. São Paulo: Método, 2014.